

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
dificuldades na aplicação escolar**

**INCLUSIVE EDUCATION:
difficulties in school implementation**

Raquel Mara Ladeira do Carmo Schmaltz ¹

RESUMO

Este artigo trata de uma revisão sistematizada na literatura acerca da aplicação da educação inclusiva nas escolas. O objetivo geral foi buscar as maiores dificuldades que ocorrem na prática da inclusão, para tanto utilizou a busca nas seguintes plataformas científicas: Scielo e Lilacs. Os resultados ressaltam que a maioria dos estudos endossam muitas concepções teóricas acerca do tema, porém sem a realização de pesquisa aplicada tanto sobre os métodos pedagógicos como sobre a formação de professores. Conclui-se que emerge a necessidade de pesquisas que endossem a reestruturação de práticas pedagógicas aliadas à maior formação docente para que a inclusão ocorra de fato.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Dificuldade; Aplicação.

ABSTRACT

This article is about a systematic review in the literature about the application of inclusive education in schools. The general objective was to seek the greatest difficulties that occur in the practice of inclusion, for this purpose used the search in the following scientific platforms: Scielo and Lilacs. The results show that majority of the works emphasize the theoretical conceptions about the theme, but without conducting applied research both on pedagogical methods and teacher training. It is concluded that there is a need for research that endorses the restructuring of pedagogical practices combined with greater acceptance in the school environment.

Keywords: Inclusive Education; Difficulty; Application.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão do discente especial no ensino regular comum no Brasil tem gerado muita discussão tanto na questão macro, como o próprio conceito de inclusão, assim como a criação e implementação de políticas públicas. A questão micro aborda sobre os próprios sujeitos

¹ Pedagoga; Mestre em Promoção de Saúde; Especialista em Desenvolvimento Infantil, Neuropsicopedagogia, Material e ensino a Distância, ABA e déficit intelectual; Docente na Faculdade Famap – Faculdade Máster do Pará. E-mail: raquelcarmoschmaltz@gmail.com

envolvidos no processo, sendo aqui contemplados pelo indivíduo em questão assim como a sua unidade familiar, docentes e comunidade escolar (Pereira, 2018).

O início da escolarização dessa população foi tímido no Brasil, pois aqui no país seguia-se o modelo médico em que os estudos utilizavam testes de inteligência e rígida classificação etiológica, assim muitos indivíduos eram classificados como incapazes de serem escolarizados. A forma como se visualiza a deficiência prejudicou muito a inclusão escolar no nosso país, visto que mitos sobre a aprendizagem desses alunos foram fortalecidos por atitudes sociais de preconceito e de segregação (Kassar, 2011).

Apenas em meados do século XXI, com a proliferação de unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), houve um deslocamento do modelo médico para o modelo educacional. Porém, nesse momento, o ensino para tais indivíduos era paralelo ao ensino regular, assim essa população ficava impossibilitada de relacionar-se com os indivíduos considerados típicos (Pacheco, 2007).

Somente em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), houve normatização para receber essa parcela de discentes nas escolas regulares e assim integrá-los socialmente. Assim, surge a Educação Inclusiva, sendo a mesma voltada para a cidadania global do indivíduo, ou seja, valoriza as diferenças e visa eliminar os preconceitos, visto que a educação é direito de todos os discentes (Pereira, 2018).

A Educação Inclusiva almeja transformar os espaços educacionais buscando torná-los espaços inclusivos de qualidade para atender e desenvolver as individualidades de cada aluno, assim a prática docente torna-se elemento chave nesse processo. Nas escolas contemporâneas, as práticas pedagógicas devem atender às necessidades da turma, portanto elas devem ser diversificadas e atraentes para que todos nesse ambiente possam construir o saber. Desse modo, o planejamento estratégico, com atividades cooperativas, coletivas e diversificadas, torna-se essencial (Pacheco, 2007).

Além disso, um dos objetivos da educação inclusiva é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e que desfavorecem a participação do aluno. Para tanto, a equipe docente deve sempre receber treinamento e capacitação para assim motivar os alunos a construírem o conhecimento (Mantoan, 2018).

A formação docente também deve ser ressaltada nesse momento, visto que adequações curriculares, como conjunto de estratégias que permitem flexibilizar conteúdos, além de desenvolver métodos e programas de ensino adaptados a novas situações.

Além disso, é necessário que haja uma política nacional educacional que promova mudanças curriculares efetivando a parceria escola – família, assim como a formação docente específica para a área. A integração entre faculdades e escolas também se torna de suma importância, visto que o saber produzido com pesquisas no ensino superior deve orientar o primeiro e o segundo graus a vencerem as dificuldades que a inclusão traz.

A metodologia utilizada foi realizar a pesquisa bibliográfica de artigos científicos buscados nas plataformas Scielo e Lilacs com os seguintes descritores: educação inclusiva, formação docente, dificuldades.

Conforme Lima (2007), a pesquisa bibliográfica tem sido usada frequentemente em estudos descritivos para formar hipóteses precisas sobre o objeto de estudo, visto que a aproximação com ele ocorre por meio de investigações que permitem um amplo alcance de informações, auxiliando assim uma melhor definição desse objeto. Para tanto, permite analisar a interpretação teórica trazida pelo objeto em questão, ou seja, realiza leitura incansável para observar etapas, leituras, questionamentos e interlocução crítica com o material bibliográfico.

Os objetivos deste artigo foram:

- verificar a formação docente adequada para criar currículo adaptado e diversificado;
- o desenvolvimento de práticas pedagógicas para complementar os serviços já presentes no ambiente escolar;
- verificar o apoio dos familiares frente à inclusão.

O presente estudo justifica a sua existência em função da grande importância da Educação Inclusiva, visto que é a modalidade de ensino destinada aos alunos com deficiências de aprendizagem (física, sensorial, intelectual ou múltipla). O ambiente escolar é considerado agente de transformação social, pois é o local que prepara os cidadãos para terem conhecimentos e atuarem na comunidade. Entretanto, sem formação docente adequada e sem práticas pedagógicas adaptadas, a inclusão não ocorre de forma adequada.

Dessa forma, a divulgação de pesquisas por meio do artigo científico é um meio relevante de assegurar os direitos das pessoas com deficiência, incentivar a formação acadêmica dos docentes além de sensibilizar a sociedade para equiparar oportunidades. Também é de extrema relevância refletir que a inclusão está presente em toda a sociedade e, portanto, deve haver uma maior abrangência do assunto para conscientização de todos.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARTIGO

Bueno (2006) cita que a análise da educação direcionada às pessoas com deficiência só consegue ser entendida quando percebida dentro da história da educação do Brasil. No início da República brasileira, utilizavam-se muito em nosso país as ideias difundidas na Europa, onde vigorava na época o modelo médico, o qual por testes pragmatizava os indivíduos entre típicos e atípicos, sendo que os atípicos eram cerceados do direito à educação mediante a legislação educacional vigente.

A atenção direcionada aos indivíduos atípicos em relação à educação alterou apenas em meados do século XX, quando instituições privadas de caráter assistencial, como as APAEs, surgiram para fornecer “espaços escolas” para esta população. Com a revisão da Legislação sobre as Diretrizes e Bases da educação na década de 1970, houve criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que se tornou responsável por formular e impulsionar as ações educativas, entretanto a educação especial aqui era pautada na teoria do capital humano e os princípios de normatização do indivíduo (Kassar, 2011).

A educação especial tornou-se direito social com a Constituição de 1988, sendo endossada pela disseminação de ideias sobre a Educação Inclusiva em três aspectos: o primeiro devido às preocupações em integrar as pessoas que adquiriram deficiências com os conflitos bélicos na Segunda Guerra Mundial; o segundo, devido ao engajamento dos pais dos deficientes que passaram a se organizar em associações e o terceiro, devido às convenções internacionais ratificadas pelo Brasil (sendo que, neste último quesito, as políticas sociais são citadas como fundamentais para o desenvolvimento econômico mundial).

Na década de 90, difunde-se o conceito de inclusão e afirma-se a importância da inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino, assim a aprovação da LDB nº 9.394/96 torna-se fundamental. Ressalta-se nesse momento que a educação deve buscar a equidade, valorizar a diversidade e promover a inclusão social. Assim inicia-se a abertura de vagas nas escolas regulares para a inclusão dos alunos especiais (Pereira, 2018).

Percebe-se que, historicamente, houve uma luta para inserir, por meio da legislação, a educação inclusiva nas escolas, mesmo assim há muito que caminhar, pois, mesmo como direito adquirido, a educação inclusiva ainda é difícil de ocorrer de maneira adequada na prática.

Mantoan (2018) define escola inclusiva como “local onde o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades

especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.”

Portanto a inclusão de crianças com deficiência intelectual/física em escolas regulares é um processo justo, uma vez que elas têm oportunidade de desenvolver autonomia e socializar com as crianças típicas. Além disto, as crianças possuem a possibilidade de terem uma mediação mais constante e de apresentarem um desempenho cognitivo e social mais significativo.

Voltolini (2005) ressalta os paradoxos e os impasses dentro do campo da inclusão escolar, visto que muito se fala em tolerar as diferenças e pouco se reconhece sobre a diversidade no ambiente escolar e no ambiente urbano. Ressalta-se que a inclusão não é homogeneizar o ensino, mas sim trazer o direito à diferença no ambiente escolar. Dessa forma, a construção de escolas mais acolhedoras às diversidades torna-se importante, pois as diferenças fazem parte da constituição humana.

Para haver a inclusão escolar, o preconceito mediante as diferenças deve ser evitado. Dessa forma, a patologização do processo ensino-aprendizagem (valorização na educação de um modelo embasado na “normalidade” que privilegia o olhar médico sobre o pedagógico), deve ser reduzida no ambiente escolar (Aquino, 1998). Assim, evita-se que um saber externo à escola se sobrepõe à possibilidade da construção do conhecimento pelo aluno, o qual perde a sua singularidade como indivíduo histórico e passa a ser visto conforme suas limitações ditas pelo quadro clínico.

Sobre esse prisma do modelo médico, o professor pode muitas vezes se intimidar, pois reconhece no outro um saber maior sobre seu aluno e assim o processo de construção do conhecimento fica abalado. Tal fato muitas vezes deixa a inclusão ser intangível, longe de ser possível tanto pela determinação laudada das deficiências da criança como pela falta de apoio institucional. As dificuldades e limitações precisam ser conhecidas, mas não devem restringir o processo de ensino, devem sim incentivar o mesmo.

Sampaio (2009) cita que não são apenas as competências teóricas que atuam na construção do saber para o discente inclusivo, mas sobretudo as competências afetivas e éticas que referem respeito ao aluno. Para tanto, deve haver um difícil equilíbrio entre a individualidade de cada aluno e o conjunto dos discentes na sala, visto que o docente deve considerar o papel da subjetividade e das identidades culturais individuais no processo ensino-aprendizagem.

O docente deve utilizar diversas estratégias pedagógicas além de respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno, posturas estas que são intimamente relacionadas, pois, ao conhecer o seu aluno, o professor propõe atividades que se encaixam melhor na classe (Pacheco, 2007). Torna-se interessante que o professor esclareça à classe os critérios de avaliação que são adaptados aos alunos com deficiência para que eles possam entender melhor o processo de inclusão.

Segundo Pires (2007) é preciso um olhar mais atento do docente sobre o processo comunicativo do discente, pois muitas vezes a forma de organização do pensamento e da criatividade do aluno ocorre fora do contexto planejado para a atividade. Deve-se desenvolver uma postura mais flexível e maior sensibilidade para descobrir o canal de comunicação desse aluno. Neste ínterim, as escolas devem trabalhar a inclusão de forma a atender as diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos e sem deixá-los à margem.

Fávero (2004) cita que há quatro eixos que norteiam a postura do professor inclusivo: respeito ao ritmo do aluno, atenção ao vínculo professor-aluno, uso não estigmatizado do diagnóstico e desejo de aprender do professor ao buscar novas metodologias que agregam na construção do saber para o aluno deficiente.

Quando o aluno é assistido por um professor engajado, ocorre o desenvolvimento na área proximal, responsável pelo desenvolvimento da cognição, além disto, também se desenvolve o aspecto sociointeracionista (Sanchez, 2011).

Sampaio (2009) cita as dificuldades de alguns professores em receberem alunos de inclusão sem estarem totalmente aptos a este desafio. Os professores associam a inclusão a uma proposta mais ampla de respeito à diversidade e respeito à não diferenciação. Relata-se muita falta de apoio institucionalizado, como falta de currículo adaptado, falta de professor especializado, falta de critérios de adaptação diferenciados. Existe, na realidade, uma diferença muito grande entre o discurso de inclusão e o que é praticado realmente na escola. Assim surge para os docentes um sofrimento em como lidar com a política de inclusão já em vigor, mas sem material e sem técnica adequada.

Além disso, a adaptação e a diversificação de conteúdos devem fazer parte de uma preparação para o estilo de aprendizagem que o educador levará aos seus alunos para que se sintam satisfeitos e iguais a todos os outros, sem exclusão. As concepções teóricas devem redirecionar o foco não apenas para as dificuldades individuais, mas sim para novas atividades pedagógicas no processo ensino-aprendizagem.

Segundo Sampaio (2011), a formação docente torna-se ponto chave no processo de inclusão, visto que o professor é o regente da classe na qual o aluno está inserido. Para a inclusão ter êxito, o currículo da formação de professores deve ser articulado aos serviços de apoio que existem na escola, assim como à integração com a família, ao papel dos gestores e à gestão na sala de aula. Infelizmente, alguns currículos para a formação de docentes especialistas em educação inclusiva abordam apenas as definições das deficiências e suas limitações.

As lacunas existentes no processo de formação do docente podem ser preenchidas pela atualização em cursos inter-relacionados ao cotidiano escolar em que se permite refletir sobre as próprias ações, para que, assim, o professor possa transformar a sua prática docente. A metodologia desses programas deve considerar as experiências e o saber do professor, para que a discussão valorize a observação e a análise crítica da própria prática.

A busca de conhecimento docente como forma de se preparar para o desafio de conseguir fazer com que o discente aprenda é um ponto desafiante. Assim cursos, livros e especializações tornam-se fundamentais para capacitar o professor (Crochick, 2002).

Para Baptista (2019), a sala de recurso, presente em algumas escolas, não deve ser o único plano de ação, deve sim ser ferramenta integrante ao trabalho docente. A qualificação do professor/monitor de apoio também é necessária, pois com a especialização deles há maiores chances de ocorrer o processo de aprendizagem.

Sanches (2011) cita em seu artigo “Aprender para fazer ao aprender fazendo” que a educação inclusiva é uma ferramenta importante para atingir a cidadania plena, visto que ela engloba o direito de estar com o outro e juntos construir o conhecimento. Além disso, a busca constante pelo aprimoramento docente em adquirir e usar novos métodos de ensino é fundamental na educação inclusiva. O professor precisa se sentir motivado e perceber a deficiência como desafio para enfrentar e não para desviar-se, além disso, devem-se inserir metas viáveis à sua mediação para que seu trabalho tenha chances de ser reconhecido e não de tornar-se frustrante.

Torenzani (2002) cita que, quando há uma dificuldade no processo ensino-aprendizagem, há tendência de o professor centralizar o problema no aluno e não no processo pedagógico, reduzindo assim a responsabilidade pela falha. Assim ressalta-se a importância de conter disciplinas, na formação do professor inclusivo, que possam desfazer mitos e oferecer mais segurança aos docentes em lidar com as inseguranças que a inclusão possa trazer.

A adoção de uma política educacional que valorize a autonomia e as atitudes do discente torna-se fundamental. Para tanto, deve-se incluir dentro dessa política educacional a formação

docente para remover barreiras, tais como falta de critérios para mensurar o aprendizado do aluno e raso material didático, que impedem a inclusão (Sanches, 2011).

A parceria entre faculdades e escolas é de suma importância, visto que o saber produzido pelo ensino superior, principalmente por meio de pesquisas, deve ser compartilhado com os demais níveis, principalmente para auxiliar os educadores no processo de inclusão (Baptista, 2019).

Para tanto, pode-se utilizar o relato de práticas pedagógicas inclusivas, tutorias e textos com interlocução com a BNCC para serem armazenados em um banco de dados para orientar outros educadores e assim ocorrer uma rede de apoio. Dessa forma, docentes podem elaborar materiais com autonomia com base em pesquisas e agir de forma mais assertiva na inclusão.

Meira (2001) cita a importância em valorizar o estudo teórico e a reflexão na prática, para que, assim, os professores busquem reduzir as lacunas que levam ao fracasso escolar, “limitação imposta pelo não saber trabalhar com a criança deficiente e questões subjetivas como a abertura para lidar com o novo”.

Vygotsky (1998) cita a importância das trocas sociais ocorridas entre as crianças durante o processo de aprendizagem como ação fundamental para o seu desenvolvimento. No processo de inclusão educacional, também é muito importante o apoio e o envolvimento dos colegas como estratégias de socialização e de aprendizagem da criança com deficiência. Muitas vezes seus pares atuam como mediadores e como cuidadores dos amigos na escola.

A educação inclusiva é desafiadora, mas quando a família reconhece que a criança tem algum tipo de necessidade, a inclusão é feita de forma melhor. Assim, a postura da família é ponto chave a ser trabalhado, pois facilita muito a interação social, emocional e cognitiva da criança (Carvalho, 2011). Desse modo, a parceria escola-família torna-se fundamental para o êxito do aluno, visto que ambas seguem os mesmos princípios em relação aos objetivos que se quer atingir.

Rodrigues (2011) cita que famílias conscientes e engajadas são bons mediadores, pois são elas que conseguem integrar o aluno na escola e na sociedade, visando o seu desenvolvimento. Além disso, elas conseguem dar continuidade em casa ao trabalho desenvolvido na escola, sendo agente chave nas interfaces escola e sociedade.

Para ocorrer a inclusão, não basta homogeneizar, mas o que se busca é o direito à diferença. As escolas devem ser mais acolhedoras às diferenças, buscando, assim, tornar-se um espaço no qual caibam todos os mundos. Admitir a ambivalência disfarçada por trás do discurso

politicamente correto e enfrentar os desafios que a magnitude da inclusão exige é fundamental para implementar um projeto educacional inclusivo.

Dessa forma, todo o ambiente escolar deve ser pedagógico e inclusivo, assim torna-se necessária toda a comunidade escolar, incluindo os pais estarem presentes nesse processo.

Assim o respeito aos direitos e às diferenças leva à cooperação e à ética no ambiente escolar, desenvolvendo as propostas da educação inclusiva em que a escola não é apenas um espaço de construção do conhecimento, mas é sobretudo um local de solidariedade e cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão, podemos perceber que as dificuldades práticas ainda são constantes no ambiente escolar para que a inclusão ocorra de fato. Para tanto, não basta homogeneizar para ocorrer a inclusão, mas sim fazer valer o direito à diferença.

A sociedade atual, para assumir-se como inclusiva, precisa conscientizar-se de que, apesar das peculiaridades individuais, todos os indivíduos convivem, portanto, todos precisam respeitar as pessoas para construirmos uma sociedade mais igualitária. Educar para uma sociedade inclusiva é acolher as diversidades para enfrentar os desafios que a magnitude da inclusão exige.

A busca docente constante pelo aprimoramento, assim como a capacitação de toda a comunidade escolar, é de fundamental importância para entender os tipos e os estilos de aprendizagem requeridos pelos alunos, assim como o desenvolvimento de diversas estruturas pedagógicas.

O desenvolvimento de políticas educacionais que formem o docente engajado e reflexivo de sua atividade torna-se elemento fundamental no processo de inclusão. Ressalta-se ainda a importância da parceria escola-família, visto que ambas procuram inserir o discente na sociedade e assim desenvolver a cidadania.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **O mal-estar na escola contemporânea: erro em questão**. São Paulo: Sumus, 1998. p. 109.
- ARANHA M.S.F. **A fundamentação filosófica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- ARANHA, M.S.F. Inclusão social e municipalização. *In: Educação especial: temas atuais*. Marília (SP): Unesp, 2001. p. 122-134.
- BAPTISTA, C.R. Política pública, educação especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 45, 2019.
- CARVALHO, M.C. A leitura da deficiência sob a ótica da eficiência. **Psicologia teoria e prática**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v 1, n. 2, p. 21-26.
- CARVALHO, S.P.T. **Educação Inclusiva**. Cuiabá: UAB/UFMT, 2011.
- CROCHICK, J.L. **Apontamentos sobre educação inclusiva**. Estudos sobre a ética: a construção de valores na sociedade e na educação. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2002. p. 179-197.
- DUTRA, C.P.; GRIBOSKI, C.M. Gestão para Inclusão. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria (RS), n. 26, p. 9-17, 2005.
- FÁVERO, E.A.G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- KASSAR, M.C.M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. Brasileira de Educação Especial**, Marília (SP), v. 17, 2011.
- LIMA, T.C.S. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. **Revista Katályis**, Florianópolis, v. 10, 2007.
- MANTOAN, M.T.E. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- MARTINS, L.A.R. **A inclusão escolar dos portadores de Síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal: EDUFRN, 1997.
- MEIRA, A.M.G. Contribuições da psicanálise para a educação inclusiva. **Escrito das crianças**, n. 6, Porto Alegre, p. 41-51, 2001.
- OLIVEIRA, A.M.P; MUNSTER, M.A. Desenho universal para aprendizagem e educação inclusiva: revisão sistemática da literatura internacional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru (SP), v. 25, n. 4, 2019.
- PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. São Paulo: Artmed, 2007.

PAEZ, S.M. Carta aberta aos pais acerca da escolarização de crianças com problemas de desenvolvimento. **Escrito das crianças**, Porto Alegre, n. 6, p. 22-33, 2001.

PEREIRA, M.R. O relacional e o seu avesso na ação do bom professor. *In: A psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 1998. p. 151-193.

PIETRO, R.G. Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas considerações. *In: Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 99-105.

PIRES, J. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. *In: Inclusão compartilhando saberes*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

RODRIGUES D. **Educação e Diferença**: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. Portugal: Porto Editora Ltda, 2011.

SAMPAIO, S. Um ensaio sobre formação. *In: Anais dos seminários – relatos de experiências brasileiras em educação inclusiva*. SEESP/MEC. Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Brasília (DF), 2009.

SANCHES, N.S. **Inclusão escolar**: concepções de professores e alunos sobre a educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SANTOS, T.C.C; MARTINS, L.A.R. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília (SP), v. 21, n. 3, 2015.

TORENZAN, A.M. Psicologia escolar e a nova conjuntura escolar brasileira. *In: Psicologia escolar, LDB e educação hoje*. Campinas (SP): Alínea, 2002. P. 35-47.

VOLTOLINI, R. A inclusão é não toda. *In: Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo Ponte Pré-escola terapêutica, Lugar de Vida*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.